

1 RESOLUÇÃO SOBRE VALORIZAÇÃO DO CARGO DE TÉCNICO

2 Considerando o Encontro Nacional de Técnicos do PJU e do MPU,
3 ocorrido nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2017, na Sede Campestre do
4 Sisejufe/RJ, em Teresópolis, com a presença de técnicos judiciários de vários
5 Estados, que teve por objetivo avaliar, debater e definir a linha de atuação dos
6 técnicos do PJU e do MPU na efetivação da mudança de investidura dos
7 cargos Técnico Judiciário e Técnico do MPU para Nível Superior, movimento
8 conhecido por NS.

9 Considerando que do referido encontro, foi criado um documento denominado
10 de Carta de Teresópolis que foi aprovado por unanimidade pelas delegadas e
11 os delegados da XXI Plenária Nacional da Fenajufe, sendo que os seus itens 1,
12 2, 4, 7, 9, 10, 12, 13, 14 e 17 de pauta específica forma aprovados sem
13 alteração e, os itens 3, 6, e 16, desta carta, também foram aprovados pelos
14 delegados e delegadas presentes, após acordo entre os diversos grupos
15 representativos da Fenajufe, com a seguinte redação:

16 3. Reconhecer as atribuições laborativas executadas por técnicos
17 judiciários e analistas judiciários.

18 6. Solicitar que a Fenajufe elabore e custeie a impressão de uma cartilha
19 explicando as atribuições dos técnicos judiciários com perguntas e respostas,
20 em linguagem acessível a leigos, acerca da legitimidade da implantação do NS
21 para os técnicos judiciários.

22 11. Solicitar para a Fenajufe que a participação dos sindicatos nos
23 encontros nacionais de técnicos judiciários seja através da representatividade
24 nos coletivos de técnicos.

25 16. Eleger 3 coordenadores da Fenajufe para assumir o compromisso de
26 acompanhar o processo protocolado no STF sobre o NS e informar a base
27 acerca do andamento do mesmo.

28 Considerando que foi aprovado na íntegra, os itens 1, 2, 4, 7, 9, 10, 12, 13, 14
29 e 17, com a seguinte redação;

30 1. Incluir na pauta específica de lutas da categoria a luta pelo NS.

31 2. Criar um grupo permanente de trabalho em gestão da luta pelo
32 NS.

33 4. Solicitar, através da LAI, uma estatística dos técnicos em todo
34 PJU/MPU, por nível e situação funcional (aposentado, ativo, pensionista etc.),
35 com o quantitativo de FC-1 a FC-6, CJ-1 a CJ-4, AQ 5%, AQ 7,5%, AQ 10%,
36 AQ 12,5%, nível de escolaridade, e para quem tem nível superior, qual o
37 curso.

38 7. Solicitar que a Fenajufe contrate um estudo do Dieese para
39 fundamentar a luta pelo NS, em até 90 dias a partir da Plenária de Campo

40 Grande, o qual produzirá um estudo técnico, abrangendo dados qualitativos e
41 quantitativos, com argumentos convincentes visando a implantação do NS para
42 a investidura do cargo Técnico Judiciário, inclusive fazendo comparações das
43 carreiras que tiveram a conquista do nível superior, além de caminhos e
44 estratégias que essas categorias percorreram.

45 9. Solicitar que a Fenajufe coloque em seu sítio uma página
46 específica com uma tabela contendo todos os sindicatos, informando quais
47 possuem coletivos de técnicos, responsáveis, data da criação, e qual a data
48 das duas últimas reuniões realizadas.

49 10. Solicitar para a Fenajufe que trabalhe com os sindicatos para a
50 conscientização dos técnicos judiciários a se engajarem nas lutas sindicais,
51 principalmente o NS.

52 12. Solicitar que a Fenajufe e os sindicatos façam chegar à
53 presidência do STF, através das mídias sindicais e dos meios de comunicação
54 externos, a insatisfação da base em relação à demora em receber a Fenajufe
55 para tratar dos temas gerais da categoria, em especial o NS.

56 13. Solicitar aos sindicatos que os coletivos de técnicos continuem a
57 luta pelo envio do PL específico do NS ao Congresso Nacional.

58 14. Solicitar aos sindicatos que os coletivos de técnicos passem a
59 atuar mais na discussão de carreira, qualificando a luta pelo NS.

60 17. Sugerir a cidade de Fortaleza para sediar o próximo encontro de
61 técnicos judiciários.

62 Considerando que mesmo após a aprovação por unanimidade,
63 conforme consta acima, a FENAJUFE até a presente data, não informou quais
64 os itens já foram ou não atendidos;

65 Considerando que a FENAJUFE não demonstrou respeitar a
66 decisão da base do PJU e MPU que compareceu à referida plenária;

67 Os delegados participantes da XXII Plenária Nacional da FENAJUFE
68 resolvem:

69 1. Reafirmar as deliberações da XXI plenária, para que sejam cumpridas na
70 íntegra, item por item;

71 2. Requerer que sejam informadas quais as deliberações foram atendidas,
72 relativas ao pleito do NS;

73 3. Fortalecer a luta pela implementação da mudança do requisito de
74 escolaridade para ingresso no cargo de técnico;

75 4. Deixar claro o descontentamento dos técnicos com a falta de
76 compromisso da FENAJUFE, em relação às deliberações da categoria;

77 5. Solicitar que a FENAJUFE implemente com a máxima urgência,
78 item por item da Carta de Teresópolis;

79 6. Reafirmar que é dever da FENAJUFE contratar o DIEESE, para
80 elaborar estudos específicos sobre a mudança do requisito de escolaridade
81 para ingresso ao cargo de técnico, conforme deliberado na última plenária;

82 7. Solicitar para a Fenajufe que a participação dos sindicatos nos
83 encontros nacionais de técnicos judiciários se dê através de representações
84 eleitas nos Coletivos de Técnicos. Na inexistência do Coletivo de Técnico
85 implantado pelo sindicato, que a escolha da representação dos técnicos ao
86 encontro, se dê em assembleia geral convocada com essa pauta.

87 Assinam essa Resolução:

- 88 1. Soraia Garcia Marca (SISEJUFE)
- 89 2. Ana Paula Barbosa Cusinato (Delegada)
- 90 3. Wallace Marques Coelho (SITRAEMG)
- 91 4. Isaac Raymundo de Lima (SITRAEMG)
- 92 5. Ranulfo de Farias Maciel Filho (SINTRAJUFE/ CE)
- 93 6. Engelberg Belém Pontes (SINTRAJUFE/CE)
- 94 7. Anny Rodrigues Figueiredo (SISEJUFE)
- 95 8. Neli Costa Rosa (SISEJUFE)
- 96 9. Adriano Nunes dos Santos (SISEJUFE)
- 97 10. Luís Amauri Pinheiro de Souza (SISEJUFE)
- 98 11. Deise de Azevedo Andrade (SISEJUFE)
- 99

100 **Recebido em 09/7/2018, às 20h19**